

“ECOS DE PIO IX”: POLÍTICA E HISTORIOGRAFIA OITOCENTISTAS NA CRIAÇÃO DE UM ESTADO PONTIFÍCIO PARA A IDADE MÉDIA

LEANDRO DUARTE RUST*

Peço ao leitor que me acompanhe na leitura destas palavras de Colin Morris (2001: 2):

Over the centuries the Roman Church accumulated a great mass of claims to secular power, including the Papal States in central Italy and suzerainty over Sicily, England, and other kingdoms. (...) All this makes it appropriate to speak of papal monarchy as a special feature of the centuries after 1050. (...) The language of sovereignty stamped itself upon the Roman Church, and its echoes remained clear in Boniface VIII, in the popes of Avignon, in Sixtus V, and in Pius IX.

Morris não falou somente por si. Seus dizeres foram emblemáticos. Sua visão sintetizou uma interpretação largamente partilhada por medievalistas há diversas gerações e que pode ser assim resumida: a partir do século XI, os bispos de Roma transformaram a Igreja cristã ocidental num “Estado dos papas”. Esta compreensão faz da Idade Média o palco da “institucionalização do governo papal” (BARRACLOUGH, 1972: 109-119). Com esta expressão, os historiadores costumam identificar o sinuoso processo histórico pelo qual a autoridade religiosa teria liderado a criação de um novo universo de instituições destinadas a emancipar politicamente a figura pontifícia, elevá-la ao posto de detentor de uma nova forma de soberania temporal e sujeitar os diversos escalões eclesiásticos ocidentais ao controle exercido por um novo centro de poder: a Cúria romana.

O tema da “estatização do papado” foi generosamente estudado desde o século XIX e a imagem do supremo pastor de milhões de cristãos como alguém permanentemente assediado pelos assuntos típicos de um “chefe de Estado” povoa os imaginários do mundo ocidental. Para os estudiosos, a máxima expressão desta institucionalização consistiu na criação dos “Estados Papais”, a longa faixa de territórios que se estendia da Úmbria às

* Universidade Federal do Mato Grosso. Doutor em História Social (UFF). Pesquisador-Fundador do *Vivarium – Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo*.

franjas da Campânia romana e sobre a qual os sucessores de Pedro reinaram com apetite político inteiramente mundano. É o que podemos depreender da leitura de *The Papal State in the Thirteenth Century*, concluído por Daniel Waley em 1961; de *The Lands of Saint Peter: the Papal State in the Middle Ages and the Early Renaissance*, valiosa síntese lançada por Peter Partner em 1972; ou ainda de *Scrinium y Palatium: la formation de la bureaucratie pontificale*, capítulo do recente estudo publicado por Pierre Toubert em 2004.

Descrever o percurso pelo qual a Sé de Roma rompeu os acanhados limites de uma igreja local e tornou-se uma corte majestosa, inchada a cada novo pontificado por aglomerações de notários e funções, seções e tributos, é algo que tem magnetizado a atenção dos especialistas há mais de um século. A formação dos Estados Papais se firmou como tema privilegiado para investigar a complexa transformação da Igreja romana na cúpula de uma suntuosa “monarquia eclesiástica”. O governo temporal dos papas no interior da península italiana se fixou no olhar de eruditos e historiadores como um domínio de ações que retratavam a concreta incidência social da teocracia romana. Mais e mais autores consideravam-no um conjunto de práticas únicas, expressões incomparáveis da realidade do exercício do poder pontifício. Debruçar-se sobre a “História dos Estados Papais” passou a ser visto como a conduta mais adequada para quem almejava decifrar a efetiva importância política do papado e medir sua capacidade de converter a pomposa retórica das bulas apostólicas em palpáveis relações de obediência.

Assim, é correto dizer que o estudo dos Estados Papais tornou-se um tema que desde o século XIX tem ditado a direção a ser seguida na compreensão do lugar do Papado na História Medieval e nos rumos trilhados pela chamada Civilização Ocidental. Grande parte do mérito por ter estabelecido esta equação historiográfica compete a um personagem pouquíssimo conhecido nos dias de hoje, o teólogo John Miley, autor da primeira obra dedicada à história “do domínio territorial da Santa Sé”.

Estudo de fôlego, *The History of Papal States* foi publicada em três volumes ao longo dos anos de 1849 e 1850. O primeiro volume destaca duas centenas de páginas para oferecer aos leitores uma descrição pormenorizada daquilo que Miley concebeu como o “território dos Estados Papais”. Tratava-se de uma apresentação da suposta territorialidade coberta pelas leis e tributos vinculados ao “Trono de São Pedro”. A primeira parte da obra surge dominada pela preocupação de apreender os substratos

empíricos da vida institucional papal, isto é, de verter para seu texto a geografia que abrigava e condicionava as ações do governo eclesiástico de Roma. Para isso, o teólogo esforçou-se ao máximo para arrolar um imenso conjunto de dados geológicos, topográficos e hidrográficos, além de um extensivo mapeamento das principais vias de comunicação e dos maiores sítios populacionais. Miley convida ao leitor a percorrer a paisagem do exercício direto do poder pontifício, compondo um texto que parecia inspirado em uma literatura de grande circulação em todo o século XIX: os guias de viagens e os relatos dos naturalistas.

A composição deste panorama físico do governo dos papas resultava da influência que os *Études Statistiques sur Rome et la Partie Occidentale des États Romains* exerceram sobre o espírito de Miley. O invejável número de edições e reimpressões rapidamente alcançado pela obra refletia o imenso prestígio atribuído ao seu autor: os *Études* carregavam a assinatura do conde francês Philippe Camille de Tournon, prefeito da Roma entre 1809 e 1814. Homem de confiança de Napoleão Bonaparte, o conde foi encarregado não apenas da administração da *Urbe*, mas das escavações arqueológicas e das obras de conservação pessoalmente ordenadas pelo imperador após a expulsão de Pio VII. Policiado pela constante necessidade de prestar contas ao seu senhor, Tournon voltou-se para Roma com propósitos pragmáticos, vasculhou-a com olhos de um interventor à busca de instrumentos para o governo do qual foi incumbido.

Em decorrência disto, a composição dos *Études* foi guiada pelo desejo de ser “*the first to look at the city as a contemporary city and not as monumento f the past*” (PATRIARCA, 1999: 741). Seu olhar estatístico estava dominado por preocupações de administrador. Camille se lançou a “*recueillir des renseignements, d’amasser des documents, de consulter les archives des anciennes administrations*” movido pelo explícito objetivo de conhecer melhor as razões por traz de “*l’agriculture, l’industrie, le commerce des Romains, leur mode d’administration, leur système judiciaire, leurs établissements publics*” (TOURNON, 1855: v-vi).

Esta visão foi o modelo interpretativo seguido por John Miley, cuja obra, portanto, teve como tema central o aparecimento histórico de uma de uma territorialidade anacrônica para os tempos medievais, já que definida sob o ponto de vista da administração napoleônica. Acolhendo a perspectiva de quem enxergou Roma

como uma cidade contemporânea e adotou, sem meias palavras, a tarefa de superar sua dimensão histórica para melhor administrá-la, nosso autor compôs um estudo que transpirou a cada página o busca por mapear “*the precise instant at wich the Popes became temporal sovereignes*” (MILEY, 1850: lvi). Guiada por este norte, a obra entra efetivamente em curso de realização.

Vencida a etapa preliminar de pincelar o transfundo geográfico do governo papal, *The History of Papal States* inicia sua narrativa com um típico fio condutor: uma noção linear de tempo histórico, aplicada através de tramas do tipo causa-e-efeito e quase sempre limitada ao que então figurava como âmbito biográfico. O desenrolar textual estabelece certas marcações temáticas que qualquer leitor da História do Cristianismo provavelmente reconhecerá como algo muito familiar: ela parte do século IV, indicando as decisões tomadas pelo imperador Constantino como “*Origin of the Papal Sovereignty*”; em seguida Miley constrói um longo arco cronológico, que é esticado por dois volumes inteiros para abarcar os séculos da difícil relação entre os sumos pontífices e a cidade de Roma, desde o período carolíngio até a Era Renascentista; e, por fim, descreve as turbulências deflagradas pelo moderno republicanismo italiano.

A todo o momento *The History of Papal States* emprega um vocabulário que fala em “território pontifício” e “soberania apostólica”, como se a miríade de conflitos e relações de poder experimentadas pelo papado ao longo da História tivessem sempre girado em redor de atributos típicos da ordem estatal oitocentista: a unificação e a homogeneização do controle territorial, a centralização administrativa, da supremacia fiscal e o monopólio da força militar. Todos se encontram, de alguma forma, elevados a categorias universais desta história descrita por Miley.

Contudo, não julguemos esta forma de escrever sobre o passado como algo arbitrário ou ingênuo. Afinal, ela cumpria à risca os mesmo movimentos epistemológicos impostos pela noção de tempo histórico consagrada pelo período iluminista, noção à qual os historiadores se agarram nos dias de hoje. Através dela, a escrita da história é concebida e praticada como uma compreensão do passado instituída a partir do campo de experiências vivenciadas no presente dos próprios pesquisadores (Ver: KOSELLECK, 2006). No caso da geração de John Miley, isso significava dizer

que o papado dos tempos medievais era insistentemente indagado para oferecer respostas aos dilemas apresentados pelo cenário político oitocentista. Vejamos.

Entre 1814 e 1815, o chamado Congresso de Viena restituiu ao Papado praticamente todas as terras perdidas para Bonaparte dez anos antes. Com isso, a península itálica voltava a ser atravessada por uma longa faixa de territórios submetidos novamente ao bispo de Roma.

A decisão se tornou um dos marcos da busca pela restauração do equilíbrio político rompido pela Revolução Francesa e por seu filho prodígio, Napoleão. No entanto, não era possível, simplesmente, voltar a caminhar no passado. A reinstalação dos “Estados Pontifícios” ocorria em um novo cenário político, deparava-se com novos componentes sócio-políticos.

Os ataques revolucionários aos princípios do absolutismo e de uma ordem de poderes estabelecida por mandamentos divinos alavancaram a ascensão do nacionalismo e instigaram a inédita reivindicação de uma “Itália para os Italianos”. Após a derrocada de Napoleão, o movimento nacionalista italiano ganhou vulto e cresceu explorando a vulnerabilidade dos muitos mini-estados que transformavam a península num caleidoscópio político. Contudo, os maiores adversários dos nacionalistas não eram as potências-símbolo da Restauração, como o Império Austríaco e sua ocupação das áreas setentrionais, ou a monarquia dos Bourbon e sua insistente presença nas áreas ao sul. De forma um tanto inesperada, foi um regime comumente considerado frágil que passou a ser visto como a última e maior barreira para a fundação da nação italiana: o secular governo dos sucessores de Pedro no coração peninsular. Cada vez mais, os nacionalistas se convenceram de que depor o Grão-Duque da Toscana e expulsar os austríacos da Lombardia era uma coisa. Depor o papa e seu milenar reinado temporal era algo inteiramente diferente, pois o sumo pontífice, *“though having little in the way of military might, had weapons that no other ruler could ever hope to wield”* (KERTZER, 2044: 2).

Governando uma extensa faixa de domínios que iam de Roma até Bologna e Ferrara, o papa advertia que a criação de um Estado italiano contrariava a vontade de Deus. Pio IX se serviu de todas as armas disponíveis para transformar a preservação dos Estados Papais em uma causa doutrinária e em tudo religiosa. Basta observar, por exemplo, os ilustres assentos reservados no plenário do Concílio Vaticano I, assembléia

que em dezembro de 1869 afirmou o polêmico dogma da infalibilidade papal. Um lugar de honra foi assegurado ao Grão-duque Leopoldo II, deposto de seu governo da Toscana pelos nacionalistas. Próximo a ele podia ser visto Francisco II, rei de Nápoles destituído por Garibaldi no ano de 1860. A eles juntou-se também o outrora Duque de Modena, Francisco V, refugiado na Áustria desde 1859 após ser despojado das próprias terras por Vítor Emmanuel II, cabeça do novo “reino da Itália”. Em meio à multidão eclesiástica reunida pela autoridade apostólica, era possível divisar as figuras dos generais Kanzler e Du Mont, cujas tropas protegiam o que restava dos Estados Pontifícios (KERTZER, 2004: 27).

Dominado pelos debates acerca do controverso tema da infalibilidade papal, o concílio enviou outra mensagem a todas as nações européias ao reunir os adversários do movimento de unificação italiana: a conservação das possessões territoriais da Igreja de Roma estava longe de ser uma mera questão temporal, tratava-se de uma questão de fé, de comprometimento com a Igreja cristã e de lealdade ao papa. Por isso, após setembro de 1870, quando tropas italianas finalmente dobraram as resistências romanas e conquistaram a cidade, Pio excomungou os fundadores do novo “reino usurpador” e convocou católicos de toda Europa a se empenharem em seu socorro. Ele acreditava que, amparados por Deus e nutridos pela fé cristã, os Estados Papais retornariam. O que não aconteceu.

O malogro no restabelecimento dos “Patrimônios de São Pedro” acarretou impactos diretos sobre a balança de poder européia, sobretudo, ao fazer da Santa Sé o pivô do fracasso das tentativas de reaver os equilíbrios políticos anteriores a 1789. Nos anos que antecederam a publicação da obra seminal de John Miley os conflitos travados em torno da constituição dos Estados Papais fervilhavam, atingindo sua fase de radicalização no calor revolucionário que se espalhou pelo Velho Mundo em 1848.

Naquele ano, mobilizados pelo clamor nacionalista geral, muitos grupos e agremiações das elites centro-italianas recorreram ao recém eleito Pio IX em busca de apoio para expulsar os austríacos da peninsular. Seus esforços foram em vão. O pontífice se recusava a agir contra uma das maiores monarquias católicas da Europa. Um intoxicante clima de insatisfação com a “ditadura papal” espalhou-se pelas ruas de Roma. Na manhã do dia 15 de novembro, o jornal *Contemporaneo* publicou duros ataques ao conde e economista Pellegrino Rossi, primeiro ministro dos Estados Papais.

Os redatores do diário tinham nítida percepção de que o governo de Pio reproduzia, em âmbito local, uma orientação política maior, de dimensões continentais: a reacionária restauração proclamada pelo Congresso de Viena. Eis um trecho daquela edição:

I lavori di tanti secoli, le meraviglie dell'umana intelligenza diverrebbero ben presto cenere e mina, se la società non si alzasse corno un sol uomo a incatenare la barbarie chiamata oggie dei Metternich e dei Guizot per accorrere in loro aiuto. (...) Questa scuola si é introdotta sventuratamente anche in Italia: iniziata com sanguinosi auspicii a Napoli, minaccia oggi Roma (...). Rossi è incaricato di fare in Roma sperimento della politica dei Metternich e dei Guizot (FARINI, 1850, vol. 2: 363)

Enquanto a jornal circulava, Rossi dirigia-se ao Palazzo della Cancelleria carregando nas mãos o discurso que proferiria em defesa da “via católica” para a vigência de instituições livres e do bem público. Sua carruagem parou na praça, diante da escadaria do palácio e das ofensas disparadas pelo ar. Sob os olhos de uma impotente guarda civil, o ministro desceu, foi cercado por uma multidão e teve sua garganta cortada. À noite, o assassinado foi carregado pelos ombros em público e aclamado o “segundo Brutus” da história romana (DE MATTEI, 2004: 30). Nove dias depois foram desferidos ataques ao Palácio Quirinal e a residência onde o papa estava aquartelado por pouco não terminou saqueada. Temendo pela própria vida, Pio IX disfarçou-se de um simples padre e fugiu para Gaeta. Em janeiro, uma recém empossada Assembléia Constituinte elegeu um novo governo, comandado por Giuseppe Mazzini, o líder nacionalista-republicano até então exilado em Londres. O fim do governo temporal dos papas foi oficialmente proclamado em 1849. Por pouco tempo. Atendendo aos apelos pontifícios, Luís Napoleão rapidamente despachou exércitos franceses até o Lácio e restaurou o governo eclesiástico sobre a cidade de Roma. Todavia, a história eclesiástica ocidental não mais podia ser contemplada com os mesmo olhos: o amargo sabor da mudança era intenso entre as elites intelectuais européias.

Os eventos de 1848 e 1849 representaram uma ruptura. Entre outras razões devido à inédita importância atribuída aos Estados Papais no cenário do século XIX. Derek Homes (1978: 5) demonstrou apurado senso de realismo ao constatar como esta escalada de tensões fez os contemporâneos perderem de vista a fragilidade política do governo papal oitocentista. Os bispos de Roma eram, até então, encarados como detentores de um temporal menor, cuja soberania era mais aparente do que real ou

efetiva. Segundo palavras do próprio Holmes, “*the pope had practically no control over the rulers who theoretically recognized his authority, his temporal interests were ignored and he was denied a voice at international meetings*”. Embora Pio IX tenha se notabilizado pela iniciativa em uma série de reformas que envolviam planos de construção de ferrovias, a criação de um Instituto de Agricultura para os territórios submetidos à sua autoridade, a fundação de uma imprensa controlada por laicos e a outorga de uma Constituição aos seus súditos, a realidade de seu governo temporal era outra. Suas muitas concessões a um modelo de monarquia constitucional e ao ideal de uma Itália distribuída em unidades federativas – aprovações lhe valeram a fama de “Papa Liberal” - eram sintomas do franco declínio de sua estabilidade política e acabariam por minar a vital aliança entre a Santa Sé e o Império Austríaco (COPPA, 2008: 13-54; McINTIRE, 1983: 13-39; POLLARD, 2005: 21-54).

Todavia, o clamor gerado pelos dramáticos eventos de 1848 e a conversão de Pio IX em pivô da intervenção do imperador Napoleão III levaram muitos intelectuais e estadistas europeus a noticiar os vulneráveis Estados Papais de um modo em transfigurado: ora como o grande obstáculo ao surgimento da nação italiana ora como um verdadeiro bastião da antiga ordem setecentista. Seja como for, sua relevância política era superestimada, inflacionada, e o vasto problema da influência temporal do papado parecia subitamente reduzido à questão da difícil constituição daqueles territórios diretamente governados pelos sucessores de Pedro. É o que demonstra a publicação de *Kirche und Kirchen, Papstthum und Kirchenstaat*, do influente teólogo alemão Johann Joseph Ignaz von Döllinger. A obra veio à baila em 1861, dividida em duas partes: a primeira discutia uma constelação de questões que envolviam a “Igreja cristã e as Nações”, desde a Rússia à França; enquanto a segunda parte impunha uma drástica redução de foco, atendo-se apenas às desventuras dos Estados Papais após a Revolução Francesa, com um desproporcional destaque oferecido ao pontificado de Pio IX.

Embora a governança temporal da Santa Sé desmoronasse em plena luz do dia, após 1850, ela desencadeou uma onda de livros e estudos que inundou livrarias e bibliotecas em toda a Europa. A lista de títulos pode ser alongada sem grandes esforços: *Lo Stato Romano dall'Anno 1815 al 1850*, de Luigi-Carlo Farini (1850); *Rome, its Ruler and its Institutions*, de John Francis Maguire (1857); *Le Vittorie della Chiesa nel Primo*

Decennio del Pontificato di Pio Nono, Giacomo Margotti (1857); *His Holiness Pope Pius IX and the Temporal Rights of the Holy See: as Involving the Religious, Social, and Political Interests of the Whole World*, de M. J. Rhodes (1859); *Il Governo Pontificio e lo Stato Romano: Documenti Preceduti da una Esposizione Storica*, de Achille Gennarelli (1860); *Rome under Pius IX*, de S. W. Fullon (1864); *Pio IX ed il suo Secolo: dalla Rivoluzione Francese del 1789 alla Proclamazione del regno d'Italia*, de Biagio Cognetti (1867); *Pius IX: The Story of his Life to the Restoration in 1850 with Glimpses at the National Movement in Italy*, de Alfred Owen Legge (1875). Em meio a este ambiente intelectual, um erudito como o metodista John Miley era diariamente bombardeado pelo argumento de que as severas disputas entre a Santa Sé e as forças políticas italianas estavam longe de ser simples questão “doméstica” (SCHROEDER, 1986: 1-26). Seu entendimento do mundo era constantemente martelado pela convicção de que compreender sua época implicava em explicar a fundo os rumos históricos seguidos por aquele “organismo político” singular então conhecido como “Estados Papais”. O presente parecia ensinar que o governo temporal dos sucessores de Pedro era uma espécie de eixo da História, talvez mesmo o coração pulsante da vida política ocidental.

Tal premissa logrou grande fortuna historiográfica. Décadas depois da publicação da obra seminal do teólogo norte-americano, no bojo de uma então irrefreável marcha política pela unificação italiana, essa atmosfera intelectual envolveu intensamente a valiosa produção historiográfica de Paul Fabre, especialmente seu *Étude sur le Liber Censuum de l'Église Romaine*, publicado em 1892. Com ele, o autor finalmente proveu a pesquisa histórica de uma introdução a um *corpus* documental imprescindível, o *Liber Censuum*, um extrato de registros escritos elaborado em 1192 pelo cardeal e *camerarius* papal, Cêncio Savelli. Tal compêndio reuniu, província por província, os nomes dos censitários da Igreja Romana e os indicadores das quotas de pagamentos regulares (*redevances*) devidas por cada um deles. Seduzido pelo modo de pensar historicamente professado por seu mestre, o francês Fustel de Coulanges (DIGARD, 1902: xi-xii), Fabre contribuiu decisivamente para fazer da busca pelas “*origens do Estado Papal*” uma verdadeira palavra de ordem nos estudos históricos, como demonstram ainda diversas outras publicações provenientes de sua incansável rotina de pesquisas, como *Le Patrimoine de l'Église Romaine dans les Alpes*

Cottiennes; Un Registre Caméral du cardinal Alborno en 1364: documents pour servir à l'histoire du Patrimonium Beati Petri in Tuscia au quatorzième siècle; Registrum Curiae Patrimonii Beati Petri in Tuscia; La Perception du Cens Apostolique dans l'Italie Centrale en 1291 (FABRE, 1884: 283-420; 1887: 173-195; 1889: 3-24; 1890: 369-383).

Os trabalhos de Paul Fabre conferiram maior nitidez ao tema já delimitado por Miley. Dotaram-no de dimensões mais precisas ao reunir num único recorte de investigações, como um domínio de pesquisas consistente e coeso, aspectos de um passado medieval que até então estavam presos à reputação de “sub-temas”, de ser uma matéria marginal cujo registro estava pulverizado em aparições documentais dispersas e esporádicas, incapazes de concorrer com a atenção dispensada à “Querela das Investiduras” e às “Vidas dos Papas”. Entretanto, se aquele membro da Escola Francesa de Roma ultrapassou as generalizações superficiais do estudo do governo temporal da Santa Sé, muito disso se deveu às inquietações despertadas pelo contexto político da Itália oitocentista. Afinal, durante todo o tempo em que freqüentou os arquivos do Vaticano e chamou à existência sua produção intelectual, Fabre conviveu com a “Questão Romana”, expressão que usualmente identifica o radical rompimento com o Estado italiano protagonizado por Pio IX. Tratava-se do ingresso do papado numa fase derradeira das tensões vividas desde os tempos de John Miley. Vejamos.

Após a catástrofe diplomática em que se transformou a proclamação da infalibilidade papal e a retirada das tropas francesas para a fronteira franco-germânica, em 1870, Pio IX se viu entregue à própria sorte. Embora abandonado por seus aliados, o papa conseguiu impedir por um ano que tropas italianas marchassem sobre Roma, explorando a incessante propensão do novo governo de ver projetada sobre o papa a alarmante sombra do poderio francês e, em alguns momentos, do austríaco. Estas hesitações e temores duraram até a chegada do mês de setembro. Foi então que a desastrosa derrota francesa em Sedan, pela qual o próprio Napoleão III caiu prisioneiro dos prussianos, empurrou a política européia para além dos limites então vigentes. Com o imperador no cativeiro, os franceses proclamaram uma nova república. O poder imperial, fiador das garantias diplomáticas às quais o papado se apegava como tábua de salvação, não mais existia. Em menos de um ano, os exércitos de Vítor Emmanuel marcharam sobre Roma e impuseram sua incorporação à Itália unificada. Pio IX,

recusou-se a entrar em acordo com o rei. Chegava ao fim, efetivamente, o governo citadino exercido pelos papas por mais de mil anos. Mas não sem resistência.

O pontífice declarou-se “prisioneiro do Vaticano” e proibiu todos os católicos italianos de participar do novo regime, quer fosse candidatando-se às eleições ou, simplesmente, por meio do direito ao voto. Embora Pio tenha falecido em 1878, a interdição se prolongou até a Primeira Guerra Mundial e sua duração alimentou a comoção em escala continental causada pelo isolamento do papa, consequência da transferência do novo governo italiano para Roma, em julho de 1871 (KERTZER, 2004: 33-85). O dramático fim do domínio secular dos papas calou fundo na consciência dos contemporâneos e alertou homens como Miley e Fabre para a iminência de outra perda intolerável, esta, por sua vez, intelectual: o que até bem pouco tempo era uma realidade política óbvia, estimada como epicentro das relações de poder estabelecidas entre tantas nações européias, era agora arrastado para as brumas do total desaparecimento. E pior: aquele fenômeno político considerado crucial era empurrado para o sombrio vazio do esquecimento sem contar com estudos sistemáticos e exaustivos, isto é, sem que sua história e sua constituição tivessem sido suficientemente conhecidas. A escrita da “História dos Estados Papais” surgiu investida desta função vital: exorcizar o fantasma de uma perda irreparável para a memória coletiva cultivada pela política oitocentista.

Portanto, não deve ser encarado como coincidência ou aspecto fortuito o fato de outro “fundador da atual História Política e Institucional do papado”, segundo palavras de Walter Ullmann (1975: 1287), pertencer precisamente a este mesmo contexto. Nos referimos a Louis Duchesne, autor do valioso *Les Premiers Temps de l'État Pontifical* - lançado pela primeira vez em 1904 - e editor do *Liber Pontificalis*. Abade e filólogo, Duchesne ingressou na Escola Francesa de Roma em 1876, no bojo da “Questão Romana”, e orientou o rigor de suas obras contra o modelo político de um episcopado monárquico, reclamado por um papado que estava “*surveying a series of further catastrophes for the Roman Church*” (BOWDEN, 1988: 50).

Deste momento em diante o escol de autores dedicados especificamente ao estudo da formação da Cúria romana e do governo sobre os Estados Papais só fez aumentar. Novos horizontes se abriam. Algumas décadas antes, aquele tema não passava de um assunto que se visitava uma vez ou outra, lembrado por alguns eruditos, bispos e certos reverendos tocados pelo declínio do poder temporal do

pontificado. Agora, o assunto em questão viraria o ano de 1900 como um objeto de estudos respeitável entre os acadêmicos, dotado de cientificidade, engrandecido por uma multiplicação de memoráveis contribuições. Onde antes se encontrava motivo para lamentar por uma “*singular lacune in the world of letters*” (MILEY, 1850: xliv) passava-se a colher importantes estudos assinados por autores como Camille Daux (1905: 5-73), Louis Halphen (1974: 01-52), Reginald Lane Poole (1915), William E. Lunt (1909: 251-294; 1934), Robert Hall (1943: 125-140), Demetrius Zema (1947: 137-168) entre outros.

Todavia, ao percorrer este longo e rico itinerário de estudos, a historiografia persistiu orientada pelo mesmo propósito que instigava as mentes dos contemporâneos de John Miley: analisar a plurissecular constituição da política papal como um processo de constituição dos parâmetros e referenciais institucionais associados aos Estados Pontifícios oitocentistas. Este tema emergiu na pena dos historiadores modelado para a compreensão de realidades do século XIX e assim ele tem se perpetuado desde então. Talvez por estarem imersos na perspectiva européia, os estudiosos incorporaram e preservaram muito da postura de seus “clássicos”, que consistia em voltar os olhos para o passado tentando encontrar a origem de traços típicos da época de Pio IX, “*el último soberano de los Estados Pontifícios*” (SOSA WAGNER, 2000). Ao explorar a especialização dos departamentos curiais, a formação de conselhos decisórios ou a criação de malhas de fiscalidade, os historiadores freqüentemente revisitam e retocam, em diferentes graus, esta característica fundadora: eles falam a respeito do papado da Idade Média para descrever o embrião da Santa Sé da época de Vítor Hugo.

Vejamos Geoffrey Barraclough (1972: 134-136) e a ênfase depositada por seu ilustre *Os Papas na Idade Média* para demandar ao papado do século XIII a eficiência de um poder estatal típico da modernidade oitocentista:

A máquina administrativa do papa não correspondia às ambições políticas de Inocêncio III, (...) [que] fez, sem dúvida, um esforço considerável para elevar o nível da cúria e, essencialmente, para reformar a chancelaria. (...) Tudo isto eram improvisações em pequena escala, cujo alcance não se pode exagerar. Não atingiam a causa profunda das dificuldades, pois Inocêncio III não podia extinguir as práticas do século XII nem instaurar uma burocracia assalariada (...). Os progressos haviam sido imensos, a posição do papa na Igreja fora profundamente alterada; o que temos o direito de denominar monarquia papal existia, mas os seus fundamentos eram mais fracos do que à primeira vista parecia. A aparência da expansão era, na realidade, abdicção entre pressões exteriores e o aparelho administrativo posto a funcionar para resistir a estas pressões reduzia-se a uma série de medidas apressadas e de expedientes

improvisados. (...) Faltava o homem de gênio, capaz de ver, de querer e de obrigar.

O texto comporta um nítido juízo de valor: as instituições lideradas por Inocêncio III estavam privadas dos aspectos que, na opinião de nosso autor, são necessários à organização institucional sempre. Difícil não reconhecer que Barraclough reprovou o papado medieval pelas ausências de características consagradas por uma visão do século XIX: o planejamento e a projeção de ações em longo prazo, a racionalização da formação dos quadros hierárquicos, a regularidade e a rotinização da eficácia administrativa. Por trás desta condenação de “falhas da Sé de Roma” está uma marcação anacrônica tão sólida quanto inconsciente. Exortando o leitor a reconhecer a incapacidade do papado medieval para transformar suas instituições em aparelhos duradouros de regulação social e arbitragem, nosso autor admite que estas “metas governamentais” são aquilo que deveria ser encontrado no passado da igreja dos séculos XII e XIII. Em outras palavras, Barraclough eleva certas características da ordem estatal ocidental e moderna ao patamar de regras a serem cumpridas na organização e gestão do político por toda a História.

As deficiências atribuídas a Inocêncio III foram falhas tragicamente sentidas por Pio IX: as carências institucionais então avaliadas como “medievais” eram ausências graves para um Estado oitocentista. É preciso conhecer o peso epistemológico continuamente exercido pela historiografia do século XIX sobre os atuais quadros do medievalismo, pois ela se mostra capaz de condicionar profundamente as bases heurísticas que têm amparado nosso empenho de conhecer o passado. Sem questionar, sistematicamente, o quanto o saber dos historiadores de hoje continua sendo refratado pelas idéias enraizadas por nossos “clássicos” tomaremos parte da postura de pressionar o passado para que ele valide apenas nossas aspirações sociais, disfarçadas de regras históricas pretensamente universais. E assim continuaremos a ouvir as palavras de Pio IX ecoando pela boca dos papas medievais.

Bibliografia

BARRACLOUGH, Geoffrey. *Os Papas na Idade Média*. Lisboa: Verbo, 1972.

BOWDEN, Henry Warner (Ed.). *A Century of Church History: the legacy of Philip Schaff*. Champaign: SIU Press, 1988.

- COPPA, Frank J. *Politics and Papacy in the Modern World*. Westport: Greenwood Pub., 2008.
- DAUX, Camille. Le cens pontifical dans l'Église de France. *Revue des Questions Historiques*, tomo 75, 1905, p. 5-73 .
- DE MATTEI, Roberto. *Pius IX*. Herefordshire: Gracewing, 2004.
- DIGARD, Georges. *Mélanges Paul Fabre: études d'histoire du Moyen Age*. Paris: Alphonse Picard, 1902.
- FARINI, Luigi-Carlo. *Lo Stato Romano dall'anno 1815 al 1850*. Firenze: Felice Le Monnier, 1850, 3 vol.
- HALL JR., Robert. A. The Papal States in Italian Linguistic History. *Language*, vol. 19, n. 2, 1943, p. 125-140.
- HALPHEN, Louis. *Études sur l'Administration de Rome au Moyen Age (751-1252)*. Nova York: Burt Franklin Reprints, 1974.
- HOLMES, Derek J. *The Triumph of the Holy See: a short history of the papacy in the Nineteenth Century*. Londres: Burns & Oates, 1978.
- KERTZER, David. *Prisoner of the Vatican: The Popes, the Kings, and Garibaldi's Rebels in the Struggle to Rule Modern Italy*. Boston/New York: Houghton Mifflin Co., 2004.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUCRJ, 2006.
- LUNT, William E. *Papal Revenues in the Middle Ages*. Columbia: Columbia University Press, 1934.
- LUNT, William E. The Financial System of the Medieval Papacy in the Light of Recent Literature, *Quarterly Journal of Economics*, vol. 23, n. 2, 1909, p. 251-295.
- McINTIRE, C. T. *England against the Papacy: 1858-1861*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- MILEY, John. *The History of Papal States: from their origin to the present day*. Londres: T. C. Newby, 1850, 3 vol.
- MORRIS, Colin. *The Papal Monarchy: the western church from 1050 to 1250*. Oxford: Clarendon, 2001.
- PATRIARCA, Silvana. Cities, capitals and statistical description in nineteenth and early twentieth-century Italy. *Mélanges de l'Ecole française de Rome. Italie et Méditerranée*, vol. 111, n.111-2, 1999, p. 733-745.
- POLLARD, John F. *Money and the Rise of the Modern Papacy: financing the Vatican, 1850-1950*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- POOLE, Reginald Lane. *Lectures on the History of the Papal Chancery down to the time of Innocent III*. Cambridge : Cambridge University Press, 1915.
- SCHROEDER, Paul W. The 19th-Century International System: Changes in the Structure. *World Politics*, vol. 39, n. 1, 1986, p. 1-26.
- SOSA WAGNER, Francisco. *Pio IX, el Último Soberano*. Zaragoza: Yalde, 2000.

TOURNON, Camille de. *Etudes Statistiques sur Rome et la Partie Occidentale des États Romains*. Paris: Didot, 1855.

ULLMANN, Walter. Louis Duchesne, *Scripta Minora*: Etudes de topographie romaine et de géographie ecclésiastique. *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, vol. 53, 1975, p. 1287-1289.

ZEMA, Demetrius. Economic Reorganization of the Roman See during the Gregorian Reform. *SG.*, vol. 01, 1947, p. 137-168.